

A polêmica em torno do acordo

19/05/2010

Quem acompanha a crise do Irã apenas pelas manchetes, vai se embaralhar. China, França, a própria ONU elogia; mas em seguida vêm a informação de que os Estados Unidos insistirão nas sanções contra o Irã. Afinal, sucesso ou fracasso? A ofensiva do Itamarati, no episódio do Irã, é um divisor de água na ordem mundial do pós-guerra.

*Luís Nassif**

O Conselho de Segurança foi um dos órgãos criados no nascimento da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1945. Os organismos iniciais da ONU foram a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela (que existiu apenas enquanto houvesse colônias ou países tutelados) o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado.

O Conselho de Segurança nasceu com o objetivo de garantir a paz e com poderes quase ilimitados. Poderia impor sanções aos países, criar forças de paz, autorizar invasões, estabelecer embargos econômicos.

Originalmente, foi constituído pelos países vencedores da Segunda Guerra. Na sua composição há cinco membros permanentes – Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China (que foi aceita depois) – e dez rotativos, com mandatos de dois anos e sem direito a reeleição.

O Conselho começou a perder a legitimidade a partir de dois eventos históricos. O primeiro, o fim da ex-URSS e a profunda crise que se abateu sobre a Rússia, acabando com o polarização bilateral nas discussões internacionais. O segundo, a ofensiva do governo Bush contra o multilateralismo, que chegou ao auge na invasão do Iraque, quando os EUA e a Inglaterra atropelaram a própria decisão do Conselho e decidiram invadir o país.

De lá para cá, o fracasso da invasão do Iraque e o fim do governo Bush, levaram os EUA a tentar reconstituir o espírito original do Conselho de Segurança, mas com algumas mudanças. A principal delas seria fazer do Brasil um candidato ao Conselho, substituindo a Rússia, especialmente após a enorme projeção adquirida pelo país ao longo da última década.

A estratégia do Itamarati, no entanto, foi outra. Confirmando a tendência de liderar grupos de nações emergentes – já manifestada na rodada de Doha -, o Brasil decidiu reforçar a chamada diplomacia “soft”, da negociação.

Em outubro, o Conselho de Segurança fizera uma série de imposições ao Irã, para aprovar seu programa de enriquecimento de urânio. Foram desconsideradas. Quando se preparava para anunciar as sanções, o Itamarati avançou nas negociações e, junto com a Turquia, conseguiu um acordo com o Irã.

O acordo recebeu palavras de apoio da França, China, da Agência Internacional de Energia Atômica e do próprio Secretário-Geral da ONU. Os EUA iniciaram a contra-ofensiva reiterando o anúncio das sanções.

São essas disputas que explicam críticas e elogios ao acordo.

Provavelmente prevalecerá a velha ordem, que ainda detém o poder na ONU. Mas o passo dado mostra que no jogo de poder internacional já entraram novos atores – como Brasil, Índia e Turquia – e uma nova possibilidade de fazer política, pela persuasão.

* *Artigo publicado no blog do jornalista Luís Nassif: www.luisnassif.com.br.*